

“A estratégia para proporcionar melhores condições não pode assentar num critério puramente

Povo da Beira (PB) - Como é que a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD) tem desenvolvido a sua missão ao nível da formação inicial? Abrange todas as áreas que gostaria, ou há cursos e formações pendentes pela falta de espaço?

Carlos Maia (CM) - A Escola tem desenvolvido a sua missão de forma exemplar. E isso tem proporcionado à Escola o respeito não só das outras instituições, mas da sociedade em geral. A ESALD foi a primeira Escola Superior de Enfermagem a nível nacional a transformar-se em Escola Superior de Saúde e aumentou a oferta formativa - Fisioterapia e Análises Clínicas e de Saúde Pública em 2001, e Cardiopneumologia e Radiologia em 2004, tendo em conta dois critérios previamente definidos. Por um lado, a preocupação de se fazer um levantamento das necessidades existentes nas instituições de Saúde e, por outro, a preocupação de aumentar a oferta formativa através de cursos que não existiam em nenhuma escola pública no Interior do País. A julgar pela elevada procura e pela taxa de empregabilidade dos diplomados da ESALD, a estratégia foi acertada, pois tivemos nos últimos cinco anos taxas de procura que variam entre os 900 e os quase 1400 por cento, e com médias bastante elevadas, o que é notável, tendo em conta que somos uma instituição do Interior do País. Em relação ao espaço tem sido feita uma gestão bastante rigorosa e houve necessidade de alargar os horários até às 22 horas, além de que as semanas da ESALD são de segunda-feira a sábado, o que só tem sido possível com o sacrifício e esforço das pessoas que trabalham e estudam nesta instituição. No futuro, a oferta formativa

pode sofrer alguns ajustes, mas vai estabilizar à volta das cinco licenciaturas que temos actualmente - Análises Clínicas e de Saúde Pública, Cardiopneumologia, Enfermagem, Fisioterapia e Radiologia.

PB - A ESALD tem então formações que, em vez de se sobreporem, complementam a oferta de outras instituições?

CM - Objectivamente pensamos que deve haver algum entendimento entre as instituições, porque não faz sentido andarmos todos a formar para o mesmo, porque isso não interessa nem às instituições, nem ao mercado de trabalho. A abertura de novas formações deve obedecer à sua relevância social, têm de ser feitas de acordo com as necessidades sociais.

PB - Em termos de formação pós-graduada e formação profissional, outras vertentes da Escola, que oferta existe actualmente?

CM - A grande aposta no futuro será a formação pós-graduada, que tem tido muita procura. Tanto em termos de formação inicial, como em termos de formação pós-graduada, a Escola tem respeitado o princípio da necessidade e da relevância social. Nos últimos quatro anos tivemos uma pós-graduação de Gestão em Saúde, em parceria com a Escola Superior de Gestão do IPCB, tivemos uma pós-graduação em Cuidados Paliativos, para além de um curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia. Esperamos abrir, em Outubro de 2008, um curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Reabilitação, cuja proposta já foi enviada para a Direcção Geral do Ensino Superior

e aguardamos a aprovação. Existem outros projectos, que estão a ser elaborados e amadurecidos e que, a seu tempo, serão conhecidos e divulgados.

PB - Na área da investigação a ESALD está ligada a algum projecto actualmente?

CM - Neste momento mais de metade dos docentes que estão na Escola a tempo inteiro estão a frequentar programas de formação avançada, ou seja, mestrados

melhorará bastante.

PB - A prestação de serviços à comunidade, no domínio da saúde, é outra das missões assumidas pela ESALD. Como é que essa relação se tem estabelecido?

CM - A Escola tem aumentado grandemente a interacção com a comunidade, essencialmente através de sessões de educação para a saúde, rastreios, conferências, palestras e projectos

EM SÍNTESE

Candidatura à presidência do IPCB

Sou director da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias até Dezembro de 2008.

Novo modelo de gestão dos politécnicos

Espero que não reduza a eficiência.

Fusão IPCB/UBI

Não é legalmente permitida a fusão entre politécnicos e universidades.

Consórcio dos Politécnicos

“Desde que seja com objectivos e vantagens claramente identificáveis”.

e doutoramentos e, como tal, estão a desenvolver os seus projectos de investigação no âmbito académico. Além disso, há algumas parcerias com algumas instituições que têm como objectivo a realização de algumas actividades conjuntas e, algumas dessas, prendem-se com a investigação. Em termos de participação dos docentes da Escola em unidades de investigação formalmente reconhecidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) ou outras entidades, ela ainda é escassa. É ainda um ponto fraco que nos interessa corrigir, mas penso que à medida que tivermos mais doutorados esse aspecto

de intervenção em algumas áreas, nomeadamente com escolas do Ensino Básico e do Secundário. Mas, além das nossas iniciativas, também têm aumentado muito as solicitações por parte de outras instituições, pelo que temos actualmente alguns projectos que nos permitirão aumentar as actividades dirigidas à população. Temos já uma parceria com o Instituto Português do Sangue, promovendo duas colheitas anuais na Escola, uma em Março e outra em Outubro. Com as novas instalações poderemos vir a prestar serviços de saúde, podendo, inclusivamente, ser criada uma estrutura para apoiar essa missão, o que pode também vir a acontecer em parceria com as instituições de saúde da região. Obviamente que dentro das regras e das exigências estabelecidas.

PB - A qualidade e a excelência na formação têm sido bandeira da instituição.

Esta aposta vai ser reforçada com a mudança, em definitivo, para as instalações próprias da Escola?

CM - Espero sinceramente que a mudança para as novas instalações constituam um forte incentivo para as pessoas que trabalham e estudam na Escola, porque nos últimos anos, apesar do aumento da oferta formativa, passámos momentos muito difíceis, desde as instalações às condições de trabalho que as pessoas têm, mas a qualidade e a excelência nunca deixaram de ser o caminho. Agora é evidente que o facto de passarmos a dispor de condições e instalações mais adequadas poderá contribuir para o aumento e o reforço da qualidade. Mas a qualidade depende também outros factores que é preciso não esquecer. Continua a ser fundamental reforçar o corpo docente, sobretudo nas novas áreas de formação, preparando-o e qualificando-o de forma a podermos ultrapassar com sucesso os novos desafios que se avizinham e que são muitos, desde a implementação da adequação dos cursos a Bolonha, que vão funcionar na ESALD pela primeira vez no ano lectivo de 2008/2009, mas também as alterações decorrentes do regime jurídico das instituições do Ensino Superior, com a elaboração de novos estatutos, a adaptação ao novo modelo de gestão, para além da avaliação internacional a que vamos ser sujeitos. Os desafios são muitos e importa estar atento a todos esses factores para se garantir a qualidade e excelência que têm sido apanágio da nossa Escola e que queremos continue a ser.

PB - Pode ser esse o ponto de diferença na captação de novos alunos, em relação a outras instituições?

CM - Apesar das condições em que a Escola tem funcionado nos últimos anos, temos tido taxas de procura que, nos últimos cinco anos, recorde-se, chegaram a atingir os 1392 por cento, com médias elevadíssimas. Obviamente que se forem divulgadas as condições que a ESALD vai ter, é natural

que a Escola continue a ter e aumente mesmo a procura, mas além da quantidade, interessa-nos a qualidade. Não queremos ter só mais alunos, queremos também ter os melhores.

PB - Para quando está prevista a mudança em definitivo para as novas instalações?

CM - As datas que têm sido avançadas têm sido sucessivamente adiadas, mas a última, e que se continua a manter, é a de 31 de Março, o que começa para nós a ser urgente porque precisamos de instalar e testar todos os materiais e equipamentos que já foram adquiridos, para que em 2008/2009 o ano lectivo possa arrancar nas novas instalações, mas com toda a segurança e com tudo a funcionar em pleno.

PB - A ESALD tem a funcionar, actualmente, cinco licenciaturas, como já referiu. O mercado continua aberto para estas formações?

CM - A empregabilidade constituiu, desde há muito tempo uma preocupação para a ESALD, o que nos levou a criar um mecanismo de acompanhamento dos diplomados depois de saírem da Escola, mas neste momento essa preocupação existe em todas as instituições. As próprias indicações decorrentes do processo de Bolonha, que apontam para formações genericamente mais curtas, e mais orientadas para o mercado de trabalho demonstram que a empregabilidade é um dos seus principais objectivos. A própria avaliação a que as instituições de ensino superior vão ser sujeitas terá também em conta a empregabilidade dos diplomados de cada uma dessas instituições. Em relação à ESALD não temos ainda os dados de todos os diplomados de 2007, mas em 2006, apenas num curso a empregabilidade não foi de 100 por cento. Há mercado para os profissionais das áreas em que a Escola forma, até porque houve uma mudança significativa no perfil dos utentes dos cuidados de saúde, a população está mais envelhecida,

Perfil

Carlos Manuel Leitão Maia, 44 anos, casado e pai de três filhos. É director da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias do Instituto Politécnico de Castelo Branco desde Janeiro de 2003. É Licenciado em Enfermagem e Mestre em Ciências de Enfermagem, pela Universidade Católica, e Doutorando em Gerontologia Social, na Universidade da Extremadura, em Espanha.

Cuidados de saúde à população

“e economicista”

aumentaram as doenças crónicas, as situações de dependência. As necessidades continuam a ser superiores à oferta, tanto mais que os nossos rácios continuam a ser inferiores à média europeia. Mas é também uma realidade que há alguns profissionais que não conseguem colocação no mercado de trabalho. Além das políticas que têm sido implementadas, a mão-de-obra não qualificada em algumas áreas contribui significativamente para essa dificuldade, nomeadamente nas Tecnologias da Saúde, onde a fiscalização deveria ser mais eficaz. É também uma questão de segurança dos cidadãos.

PB - Na actual conjuntura política, é possível continuar a considerar-se a saúde como um dos factores relevantes para o desenvolvimento das regiões?

CM - As políticas, independentemente da sua natureza, quer sejam de educação, social, económica ou de saúde ou outra, serão sempre determinantes porque da sua correcta definição e implementação dependerá o desenvolvimento das regiões e do País. Mas o desenvolvimento só faz sentido se for feito com as pessoas e para as pessoas. Se o objectivo principal, a nível nacional, continuar a ser a obsessão de controlar e combater o défice orçamental e se a estratégia para conseguir esse objectivo continuar a passar pelo encerramento de serviços no Interior do País, sem serem garantidas alternativas adequadas, a desertificação destas zonas tenderá a aumentar e, não vamos ter capacidade para conseguir cuidar condignamente dos nossos idosos, que serão aqueles que por cá ficarão. A estratégia não pode ser encerrar serviços em zonas já por si desertificadas, sem serem garantidas alternativas válidas. O nível de desenvolvimento do País e de uma

região não se pode medir apenas pelo número de auto-estradas que são construídas, ou pelo número de complexos desportivos, mas essencialmente pela capacidade do Estado em garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e, neste caso, o direito à protecção de saúde.

PB - Não como director da Escola, mas como profissional da área da Saúde, como vê as medidas que o Governo tem tomado neste sector?

CM - Sou um defensor intransigente da racionalização de recursos em todas as áreas, pois daí resulta habitualmente uma melhor prestação de serviços, mas com o mesmo rigor e a mesma intransigência, defendo que todas as alterações que são feitas numa área sensível como é a Saúde, devem ter uma base alargada de segurança. Todos os serviços, sem excepção, devem ter a capacidade de se ajustar às necessidades dos seus utentes. E as alterações verificadas na sociedade de hoje, como o acentuado envelhecimento da população, justificam a reorganização e a revitalização do Serviço Nacional de Saúde, mas as pessoas têm de sentir que, desta reorganização, resultam melhorias efectivas na prestação de serviços e de cuidados de Saúde. Não é compreensível que se concentrem e encerrem serviços de Saúde e se diga às pessoas que usufruíam desses serviços, que essas medidas lhes vão proporcionar maior qualidade de vida, sem explicar como, porque senão as pessoas apenas vão entender que lhes foi retirado o acesso a um direito essencial: a Saúde. A falta

de informação tem sido enorme. É fundamental que se explique às pessoas o que se vai fazer, como se vai fazer e para que é que se vai fazer. Se assim não for as pessoas vão sentir-se desprotegidas por quem tem o dever de as proteger: o Estado social. Tem que ser explicado o objectivo e a estratégia. E a estratégia para proporcionar melhores cuidados de saúde à população não pode assentar num critério puramente economicista. Sabemos que o encerramento de 56 Serviços de Atendimento Permanente, do encerramento dos Serviços de Urgência, da menor participação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) nos medicamentos e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, são medidas que vão permitir poupar ao Ministério da Saúde 330 milhões de euros em 2008, mas isto não pode, em circunstância alguma, traduzir-se em piores cuidados de Saúde à população, em alguns casos já bastante deficitários. Por exemplo, não pode ser considerado normal que nos dias de hoje ainda seja necessário ir para uma fila de espera, durante a madrugada, para se conseguir uma consulta no Centro de Saúde.

A reorganização do SNS é complexa, e vai demorar anos a consolidar-se, mas simultaneamente às remodelações que estão em curso, têm de ser encontradas alternativas que garantam, em tempo útil, a capacidade de resposta às necessidades imediatas de saúde que as pessoas têm hoje e não daqui a oito ou dez anos.

PB - E como vê actualmente, sobretudo na nossa Região, o estado da Saúde?

CM - A nossa Região é um excelente exemplo das medidas que devem ser implementadas também a nível nacional na área da Saúde, porque tem uma população muito envelhecida e prevê-se que, em 2050, 32 por cento da população portuguesa tenha 65 ou mais anos. Esta nova realidade trouxe um novo perfil

dos Serviços de Saúde, com predominância de doenças crónicas e situações de dependência, pelo que se exige que haja uma adaptação do modelo de prestação de cuidados de Saúde, e os hospitais não estão, nem podem estar, preparados para esse tipo de respostas porque a sua missão consiste na resolução de situações agudas. É necessário que se proceda à implementação efectiva da Rede de Cuidados Continuados Integrados e à sua implementação no terreno, junto das pessoas. Não basta que a Rede seja criada através de diploma legal, têm de ser fornecidas condições logísticas aos profissionais de saúde que nela trabalham, tem de se dotar as equipas de material e equipamento que lhes permita dar respostas específicas e concretas às necessidades das pessoas. Deve haver uma forte aposta nos cuidados domiciliários e um forte apoio social, porque há muitas pessoas que vivem sós, muitas famílias que têm a seu cargo idosos dependentes. Quanto aos serviços hospitalares, criando-se um Centro Hospitalar ou outro modelo, o que me parece claro e desejável é que seja possível a criação e o funcionamento de valências diferenciadas que, até a o

momento, só existem nos hospitais centrais, mas, obviamente que isso carece de um entendimento entre as instituições de Saúde da Região, de acordo com critérios a estabelecer.

PB - E a relação Saúde/Ensino?

CM - Tem sido uma relação muito saudável. Os cursos da ESALD têm uma forte componente prática, maioritariamente realizada em estágios nas instituições de Saúde. Essa relação tem sido formalizada através de protocolos de cooperação e tem havido uma forte colaboração das instituições. Há, no entanto, alguns dados novos que podem vir a colocar alguns entraves à colocação de alunos em estágio. O facto de ter havido uma proliferação muito grande de escolas da área de Saúde, levou a que algumas delas ofereçam contrapartidas financeiras quer às instituições, quer aos profissionais de Saúde, e agora já são eles que reclamam essas contrapartidas financeiras, apesar dos diplomas legais que proibem as escolas desta prática. Se a situação não for resolvida poder-se-á chegar ao ponto extremo de não haver locais para a realização de estágios ou profissionais para orientar os alunos. Esta é uma situação que está a ser recorrente, pelo que é urgente que haja uma definição clara das regras.

Lídia Barata

